

1.º Cartório Notarial de Leiria

Telef. 244 860 320 – Fax 244 860 329

Av. Marquês de Pombal - Galerias S. José - Loja 21 - 1.º

2410 - 152 LEIRIA

UM - A presente fotocópia que, com o certificado, contém 16 laudas, foi extraída da escritura lavrada de folhas 99 a folhas 106 do livro de notas número 103 para escrituras diversas, deste Cartório, e vai conforme o original.

DOIS – A presente fotocópia **não certificada**, contém _____ laudas, foi extraída da escritura lavrada a folhas _____, a folhas _____, do livro de Notas Número _____ de Escrituras Diversas, deste Cartório, e vai conforme o original, e que nos termos do n.º 4, do Art.º 32.º do Código do Notariado *tem mero valor informativo*.

TRÊS – A presente fotocópia **parcial**, que com o certificado contém _____ laudas, foi extraída da escritura lavrada a folhas _____, a folhas _____, do livro de Notas Número _____ de Escrituras Diversas, deste Cartório, e vai conforme o original, na parte fotocopiada, não havendo nas partes omitidas, nada que amplie, restrinja ou condicione a parte certificada.

Leiria, 01 de Junho de 2004

O Ajudante / Escrit. Superior,

CONTA:
Art.º 20.º 4 € 5100
_____. € —
TOTAL € 5100
São: € cinco mil

Conferida e Reg. sob o n.º 24

| | |
|---------------------------------------|------|
| 1.º CARTÓRIO NOTARIAL DE LEIRIA | |
| Livro | 1032 |
| Fls. | 99 |

= CONSTITUIÇÃO DE FUNDAÇÃO =

--- No dia um de Junho do ano de dois mil e quatro, na sede da Caixa de Crédito Agrícola Mútuo de Leiria, sita à Avenida Combatentes da Grande Guerra, número trinta e três, na cidade, freguesia e concelho de Leiria, perante mim, Maria Elisabete Moreira Prina, Ajudante Principal do Primeiro Cartório Notarial de Leiria e primeira substituta da notária, em exercício pleno de funções notariais, por motivo de vacatura do lugar de notário, compareceram como outorgantes: -----

--- a) – **Mário Ferreira Matias**, casado, natural da freguesia e concelho de Leiria, residente à Rua Miguel Franco, 102, 5º direito, na cidade, freguesia e concelho de Leiria ;-----

--- b) – **Jorge Manuel Pereira Cova**, casado, natural da freguesia Parceiros, concelho de Leiria, residente em Bairro de S. Bartolomeu, lote 12, 3º andar, na cidade, freguesia e concelho de Leiria; e -----

-- c) – **Ernestina Maria Lourenço Tavares dos Santos**, casada, natural da freguesia de Lardosa, concelho de Castelo Branco, residente à Rua Miguel Franco, 102, 5º esquerdo, na cidade, freguesia e concelho de Leiria.-----

--- Os quais outorgam na qualidade de **únicos membros efectivos da direcção** de: -----

--- " **CAIXA DE CRÉDITO AGRÍCOLA MÚTUA DE LEIRIA, CRL**", Cooperativa de Responsabilidade Limitada, N.I.P.C.500 978 921, com sede na Avenida Combatentes da Grande Guerra,

32

nº. 33, em Leiria, matriculada na Conservatória do Registo Comercial de Leiria, sob o número três, no Livro J – um, sendo respectivamente Presidente, Tesoureiro e Secretário, --- adiante designada apenas por “Caixa” ou “instituidora”. -----

--- Verifiquei a identidade dos outorgantes por conhecimento pessoal, bem como a qualidade e os poderes de representação, de que se arrogam .-----

--- **E por eles foi dito :** -----

--- Que, de acordo com a deliberação, na reunião da Assembleia Geral de dezanove de Março do corrente ano (sessão ordinária - de que cuja acta apresentam fotocópia autenticada), no seu ponto cinco da ordem de trabalhos, foi proposto pela direcção da referida “Caixa” a criação da “Fundação Caixa Agrícola de Leiria”, o que foi aprovado por unanimidade.-----

--- Que, de acordo com a citada deliberação, foram conferidos plenos poderes à Direcção para a elaboração dos Estatutos da Fundação; -----

--- Assim, tendo em conta o acima exposto, vêm, na referida qualidade, constituir a referida Fundação com a denominação de:
“ **FUNDAÇÃO CAIXA AGRÍCOLA DE LEIRIA** ”, sem fins lucrativos, **com sede** na Rua Machado Santos, nº. 182, na cidade, freguesia e conselho de Leiria.-----

--- O seu **objecto** consiste na ***promoção de acções de carácter cultural, educativo, artístico, social e filantrópico nas áreas geográficas de acção da Caixa Agrícola de Leiria, actualmente***

| |
|---------------------------------------|
| 1.º CARTÓRIO NOTARIAL DE LEIRIA |
| Livro 103L |
| Fls. 100 |

concelhos de Leiria, Marinha Grande e Ourém .-----

--- A Fundação tem como única instituidora a " CAIXA DE CRÉDITO AGRÍCOLA MÚTUO DE LEIRIA, CRL ", com um **fundo inicial próprio de quinhentos mil euros** .-----

--- Que a Fundação se regerá nos termos e condições constantes dos estatutos articulados, nos termos seguintes : -----

CAPÍTULO I

(Natureza e fins)

Artigo 1º

(Denominação e qualificação)

--- **1. A Fundação Caixa Agrícola de Leiria**, adiante designada simplesmente por **Fundação**, é uma pessoa colectiva de direito privado, dotada de personalidade jurídica, sem fins lucrativos e de utilidade pública geral. -----

--- **2. A Fundação** rege-se pelos presentes estatutos e pela lei portuguesa.-----

Artigo 2º

(Duração)

--- A Fundação tem duração indeterminada. -----

Artigo 3º

(Sede)

--- **1. A Fundação** tem a sua sede em Leiria, na Rua Machado dos Santos, número 182, podendo ser transferida para qualquer outro lugar no município de Leiria, por simples deliberação do Conselho de Administração. -----

--- 2. A Fundação poderá criar delegações ou outras formas de representação, onde for considerado necessário ou julgado conveniente para a prossecução dos seus fins, mediante deliberação do Conselho de Administração.-----

Artigo 4º

(Objecto)

--- A Fundação tem como objecto *a promoção de acções de carácter cultural, educativo, artístico, social e filantrópico nas áreas geográficas de acção da Caixa Agrícola de Leiria, actualmente concelhos de Leiria, Marinha Grande e Ourém.*----

Artigo 5º

(fins)

--- A Fundação desenvolverá as actividades que os seus órgãos entendam como mais adequadas à realização dos seus fins, tomando como pontos de referência na escolha das suas iniciativas e na dos respectivos destinatários a solidariedade e justiça social, a preservação da identidade regional e a universalização do respeito pelos direitos humanos. -----

Artigo 6º

(Cooperação com a Administração Pública)

--- No exercício das suas actividades, que se orientarão exclusivamente por fins de utilidade pública, a Fundação seguirá como norma permanente de actuação a cooperação com os departamentos culturais e educacionais das Administrações central, regional e local e com outras pessoas colectivas de

utilidade pública, procurando na interacção com outras entidades sem fins lucrativos a máxima rentabilização social do emprego dos seus recursos próprios. -----

CAPÍTULO II

CAPACIDADE JURÍDICA E PATRIMÓNIO

Artigo 7º

(Capacidade jurídica)

--- 1. A Fundação pode praticar todos os actos necessários à realização dos seus fins e à gestão do seu património, adquirindo, onerando e alienando qualquer espécie de bens, nos termos previstos na lei.-----

--- 2. A oneração ou alienação de bens imóveis depende de parecer favorável do Conselho Consultivo. -----

Artigo 8º

(Património)


--- 1. A Fundação é **instituída** pela Caixa de Crédito Agrícola Mútuo de Leiria, CRL., **com um fundo inicial próprio de quinhentos mil Euros**.-----

--- 2. A Fundação obriga-se a integrar no respectivo capital social, acrescendo-o, todos os subsídios e donativos que lhe forem atribuídos explicitamente para esse específico fim. -----

Artigo 9º

(Receitas)

- Constituem receitas da Fundação: -----
- a) O rendimento dos bens próprios; -----

- 
- b) O produto dos serviços que a Fundação eventualmente preste;-----
 - c) Os subsídios e contribuições, regulares ou ocasionais, provenientes de quaisquer entidades, públicas ou privadas, nacionais ou estrangeiras. -----

CAPÍTULO III

ÓRGÃOS E COMPETÊNCIAS

SECÇÃO I

ÓRGÃOS

Artigo 10º

(Órgãos)

- 1 . São órgãos da Fundação:-----
- a) O Conselho de Administração; -----
- b) O Conselho Fiscal; e -----
- c) O Conselho Consultivo.-----
- 2 – O mandato dos Órgãos da Fundação é de três anos e, em qualquer circunstância, o seu termo coincidirá com o dos Órgãos da Caixa Agrícola instituidora.-----

SECÇÃO II


CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Artigo 11º

(Composição e Reuniões do Conselho de Administração)

- 1. O Conselho de Administração é composto por um mínimo de três e um máximo de cinco membros, um dos quais será nomeado Presidente, todos designados pela Direcção em exercício da

| |
|---------------------------------------|
| 1.º CARTÓRIO NOTARIAL DE LEIRIA |
| Livro 1036 |
| Fls. 102 |



Caixa Agrícola instituidora.-----

--- 2. O Conselho de Administração reúne ordinariamente uma vez por mês e, extraordinariamente, as vezes que o seu Presidente considerar necessárias, sendo as respectivas deliberações tomadas por unanimidade dos votos expressos.-----

Artigo 12º

(Competência do Presidente do Conselho de Administração)

--- 1. Compete, em especial, ao Presidente do Conselho de Administração:-----

- a) Garantir a manutenção dos princípios inspiradores da fundação e definir orientações gerais sobre o seu funcionamento, política de investimentos e concretização dos fins.-----
- b) Representar a Fundação;-----
- c) Propor à Direcção da Caixa instituidora o nome dos restantes membros do Conselho de Administração, assim como dos membros dos Conselhos Fiscal e Consultivo;-----
- d) Convocar e presidir às reuniões do respectivo Conselho .-----

--- 2. O Presidente, no exercício das respectivas funções, será substituído nos seus impedimentos pelo Administrador mais antigo e, em igualdade circunstâncias, pelo administrador mais velho. ----

Artigo 13º

(Competência em Geral do Conselho de Administração)

--- 1. Compete ao Conselho de Administração a execução de todos os actos necessários à prossecução dos fins da Fundação, dispondo dos mais amplos poderes de gestão.

--- 2. Para a execução do disposto no número anterior, compete em especial ao Conselho de Administração:-----

- a) Programar a actividade da Fundação, designadamente mediante a elaboração de um orçamento e de um plano anual de actividades, que deverá aprovar após parecer do Conselho Consultivo;-----

- b) Elaborar em cada ano económico, o balanço e a conta anual dos resultados de exercício, que após parecer favorável do Conselho Fiscal, submeterá até trinta e um de Março do ano subsequente à apreciação crítica do Conselho Consultivo, que, para constar, emitirá parecer;-----

- c) Administrar e dispor livremente do património da Fundação, nos termos da lei, dos estatutos e dos Regulamentos que os integrarem ou deles emergirem;-----

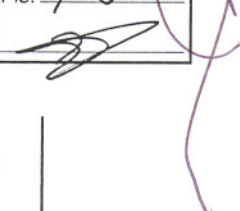
- d) Criar quaisquer fundos financeiros que se mostrem convenientes à boa gestão do património da Fundação e transferir para os mesmos o domínio, posse ou administração de quaisquer bens que façam parte do referido património; -----

- e) Constituir mandatários ou delegar em quaisquer dos seus membros a representação do Conselho e o exercício de alguma ou algumas das suas competências;-----

- f) Decidir, fundamentadamente, sobre a criação de Delegações da Fundação; -----

- g) Elaborar os regulamentos internos de funcionamento da Fundação, submetendo-os à apreciação crítica do Conselho

| |
|---------------------------------------|
| 1.º CARTÓRIO NOTARIAL DE LEIRIA |
| Livro <u>103L</u> |
| Fls. <u>103</u> |



Consultivo;-----

Artigo 14º
(Vinculação da Fundação)

--- A Fundação obriga – se:-----

- a) pela assinatura conjunta de dois membros do Conselho de Administração;-----
- b) pela assinatura de um membro do Conselho de Administração no exercício de poderes que nele houverem sido delegados por deliberação do órgão;-----
- c) pela assinatura individual ou conjunta de um ou mais procuradores, conforme se estipular nas respectivas procurações emitidas pelo Conselho de Administração.-----

SECÇÃO IV
CONSELHO FISCAL

Artigo 15º

(Composição e Reuniões do Conselho Fiscal)

- 1. O Conselho Fiscal é composto por três membros, designados pela Direcção da Caixa instituidora, sob proposta do Presidente do Conselho de Administração, que entre si elegerão um Presidente.-----
- 2. Quando o movimento contabilístico e os recursos da Fundação o justificarem e permitirem, o Conselho da Administração contratará uma Sociedade de Revisores Oficiais de Contas para um dos lugares de membro do Conselho Fiscal.-----
- 3. O Conselho Fiscal reúne ordinariamente uma vez por

trimestre e extraordinariamente as vezes que forem necessárias.--

Artigo 16º

(Competência do Conselho Fiscal)

--- 1. Compete ao Conselho Fiscal:-----

- a) Verificar a regularidade dos livros e registos contabilísticos, bem como dos documentos que lhes servirem de suporte;-----

- b) Verificar, sempre que o julgue conveniente e pela forma que reputa adequada, a existência dos bens ou valores pertencentes à Fundação; -----

- c) Elaborar um relatório anual sobre a sua acção de fiscalização e emitir parecer sobre o balanço e a conta anual dos resultados de exercício, submetidos pelo Conselho de Administração até trinta e um de Março de cada ano.-----

--- 2. Os membros do Conselho Fiscal procederão, conjunta ou separadamente e em qualquer época do ano, aos actos de inspecção e verificação que tiverem por convenientes para o cabal exercício das suas funções.-----

SECÇÃO V

CONSELHO CONSULTIVO

Artigo 17º

(Composição e Reuniões do Conselho Consultivo)

--- 1. O Conselho Consultivo será composto por um número variável de conselheiros, não inferior a dez.-----

--- 2. A Caixa Agrícola instituidora designará, sob proposta do Presidente do Conselho de Administração, os conselheiros de

entre individualidades marcantes da vida cultural, política, económica ou social.-----

--- 3. O Conselho Consultivo reúne ordinariamente em plenário duas vezes por ano e, extraordinariamente, as vezes que o Presidente do Conselho de Administração considerar oportuno. ---

Artigo 18º

(Competência do Conselho Consultivo)

--- 1. O Conselho Consultivo é o órgão a quem cabe dar parecer, não vinculativo, sobre as orientações genéricas que hão-de presidir à actividade da Fundação e sobre todas as outras questões a esta respeitantes relativamente às quais o Presidente da Fundação ou o Conselho de Administração desejam ouvir a opinião dos conselheiros.-----

--- 2. Compete designadamente ao Conselho Consultivo : -----

- a) - Dar parecer, até quinze de Dezembro de cada ano, sobre o orçamento e o plano de actividades da Fundação para o ano seguinte, o qual deverá ser apresentado pelo Conselho de Administração até quinze de Novembro;-----

- b) Dar parecer sobre iniciativas específicas cujo projecto lhe seja apresentado para o efeito;-----

- c) Dar parecer sobre a modificação dos estatutos ou a extinção da Fundação; -----

--- 3. O Conselho deve, obrigatoriamente, pronunciar-se favoravelmente sobre qualquer acto de alienação ou oneração de bens imóveis pertencentes à Fundação.-----

13
28

CAPÍTULO IV
DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS
SECÇÃO I
DISPOSIÇÕES FINAIS

Artigo 19º

(Modificação dos Estatutos e extinção da Fundação)

--- 1. Compete ao Conselho de Administração deliberar sobre a modificação dos estatutos, observados os limites da lei, bem como a extinção da Fundação, sob parecer não vinculativo do Conselho Consultivo.-----

--- 2. Em caso de extinção voluntária da Fundação, os bens do seu património terão o destino que o Conselho de Administração lhes conferir à luz da realização dos fins para que foi criada, sempre sem prejuízo do que a lei dispuser. -----

Artigo 20º

(Carácter Gratuito do Exercício de Funções)

--- O exercício de funções pelos membros dos órgãos da Fundação reveste carácter gratuito, não podendo estes receber qualquer retribuição pelo desempenho dos seus cargos, com excepção da sociedade de revisores oficiais de contas mencionada no número dois, do Artigo décimo quinto.-----

Artigo 21º

(Destituição de Membros dos órgãos da Fundação)

--- 1. O Conselho Fiscal têm legitimidade para requerer, no Tribunal Judicial da Comarca de Leiria a destituição de qualquer

| | |
|---------------------------------------|------|
| 1.º CARTÓRIO NOTARIAL DE LEIRIA | |
| Livro | 1036 |
| Fls. | 105 |

[Handwritten signature]

membro do Conselho de Administração a quem seja imputável qualquer das situações a seguir referidas:-----

- a) Desrespeito manifesto e reiterado dos fins estatutários da Fundação;-----

- b) Actos dolosos ou culposos que acarretem grave dano para o bom nome ou o património da Fundação;-----

--- 2. O disposto no número anterior aplica-se com as necessárias adaptações à destituição de membros do Conselho Fiscal.-----

SECÇÃO II

DISPOSIÇÕES TRANSITÓRIAS

Artigo 22º

(Primeira Designação dos Órgãos Sociais)

--- 1. Transitoriamente o primeiro mandato, terá o seu termo em trinta e um de Dezembro de dois mil e seis. -----

--- 2. São, desde já designados para o primeiro mandato:-----

Membros do Conselho de Administração:

--- Presidente: Mário Ferreira Matias ; -----

--- Afonso Marcelino dos Santos; e -----

--- Filipe José Cândido da Silva .-----

Membros do Conselho Fiscal:

--- Ambrósio Jorge dos Santos; -----

--- Luís Heleno Cardoso; e -----

--- Raul Miguel de Castro .-----

Membros do Conselho Consultivo:

--- Álvaro Neto Órfão;-----

15

- Carlos Manuel Belo Santos Mateus ; -----
- Carlos Manuel Bernardo Ascenso André;-----
- David Pereira Catarino; -----
- Deolinda de Jesus Lopes Simões; -----
- Isabel Damasceno Campos Costa; -----
- Joaquim Luís das Neves Vieira Pereira; -----
- José Manuel Varela da Costa; -----
- José Ribeiro Vieira; -----
- Leonilia Rijo Martinho; -----
- Luciano Santos Rodrigues de Almeida; -----
- Rui de Carvalho Ferreira Santos; -----
- Sérgio José Ferreira Ribeiro; e -----
- Tomaz Duarte da Câmara de Oliveira Dias .-----
- A Fundação tem o N.I.P.C. 506 955 710 (Provisório) .-----
- **ADVERTI** os outorgantes de que este acto não produz efeitos em relação a terceiros enquanto não fôr publicado no Diário da República. -----
- **Arquivo:** -----
- a) Fotocópia autenticada da acta supra referida ; e -----
- b) Fotocópia autenticada, do documento emitido pelo "Banco de Portugal", no qual consta que o mesmo nada tem a objectar que a Caixa de Crédito Agrícola Mútuo, institua a referida fundação .-----
- **Exibiram:** -----
- Certificado de admissibilidade da denominação, emitido no

